

DESEMPENHO ECONÔMICO E AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO PARANÁ

Gilmar Mendes Lourenço

É bastante comum a observação da realização de esforços, por parte das autoridades governamentais, nas diferentes esferas de administração e, especialmente, nos espaços subnacionais, na tentativa de associação direta entre ocorrência de ciclos econômicos virtuosos e ações eminentemente públicas, ilustrada por meio da disseminação de propagandas institucionais em múltiplos veículos.

De outra parte, quando há a identificação e persistência de cenários inóspitos, que se manifestam na forma de contração dos níveis de produção, emprego e arrecadação, a transmissão de mensagens triunfalistas é substituída por argumentações focadas na imputação de responsabilidades a seres exógenos à gestão dos executivos regionais, englobando efeitos de adversidades globais, estratégias macroeconômicas do poder central e “jogo sujo” das oposições.

Por essa ordem de interpretação, parece adequada uma melhor qualificação dos sinais e da intensidade das principais medidas do ambiente de negócios no Paraná, que, em sua maior parte, vem reproduzindo a performance desfavorável da economia do país, fruto da combinação entre retorno das incertezas, provocado pela instabilidade da confiança gerada pelos equívocos nada desprezíveis cometidos, neste princípio de mandato do presidente Bolsonaro, e drástica retração dos patamares de atividade.

Aliás, inferências econométricas permitem supor que, ao contrário da conformação de um panorama de retomada econômica, projetada após o desfecho do episódio eleitoral de outubro de 2018, depois de superar a recessão acontecida entre 2014 e 2016 e mergulhar em estagnação a partir de 2017 – considerado fenômeno absolutamente normal em razão dos elevados níveis de ociosidade dos fatores de produção, acumulados durante os tempos depressivos -, a nação estaria à beira do precipício de um novo estágio de retração.

Essa pressuposição torna-se mais forte ao se constatar que o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), prévia do produto interno bruto (PIB), mensurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caiu 0,68%, entre janeiro e março de 2019, em confronto com outubro-dezembro de 2018, embora tenha crescido 0,23% em relação a igual período de 2018. De acordo com a consultoria Economatica, o lucro líquido de 231 companhias abertas que atuam no Brasil decresceu 5,74% no 1º trimestre de 2019 em cotejo com o mesmo período de 2018.

Começando as incursões comparativas pelo exame da tendência da inflação, verifica-se que a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) vem expressando variação de preços ligeiramente inferior à média nacional. O índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), estimado pelo IBGE, para famílias com renda mensal entre um e quarenta salários mínimos (SM), atingiu 4,94% para o país e 4,50% para a RMC, em doze meses acumulados até abril de 2019.

No mesmo período, o índice nacional de preços ao consumidor (INPC), também do IBGE, calculado para a faixa de renda do trabalho entre um e cinco SM, conhecido como a inflação do trabalhador, foi de 5,07% para o Brasil e 4,93% para a RMC.

Com relação aos indicadores fiscais, parâmetros elaborados pelo Banco Central, atualizados até abril de 2019, em bases anuais, posicionam as finanças públicas do Paraná em condições menos desconfortáveis dentre as vinte e sete unidades federadas - em sua maioria, quebradas - graças, fundamentalmente, ao ajuste fiscal promovido a partir de 2015.

Lembre-se que três unidades, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, avaliadas em calamidade financeira, ingressaram em Regime de Recuperação Fiscal, que prevê a suspensão do pagamento dos serviços da dívida junto à União condicionada às vendas das companhias estatais e aumento da contribuição previdenciária dos servidores. Porém, outros pleiteiam benefícios semelhantes mediante a inclusão no Plano de Equilíbrio Fiscal, lei complementar em preparação no ministério da Economia, a ser encaminhada ao congresso nacional.

A dívida líquida do tesouro estadual perfaz R\$ 12,7 bilhões, ou 19,0% da receita corrente líquida (RCL), a menor entre os estados do sul e sudeste, versus 160,5%, do Rio de Janeiro, 137,7%, do Rio Grande do Sul, 124,5%, de Minas Gerais, e 108,0%, de São Paulo. Da mesma forma, o Paraná foi o único a exibir superávit nominal (0,6% da RCL), no universo geográfico considerado desenvolvido. Em superávit primário, com 2,3% da RCL, o estado situa-se em segundo lugar, atrás apenas de São Paulo (3,8% da RCL).

Passando ao conteúdo da cesta dos números relativos às transações e produção, as percepções são de intensa volatilidade e disparidade. No front externo, as exportações regionais retrocederam 12,8%, entre janeiro e abril de 2019, em cotejo com idêntico lapso de tempo de 2018, contra encolhimento de 3,0% das brasileiras, em consequência da compressão da demanda e dos preços internacionais.

Com decréscimo de 11,6% dos itens básicos, 11,5% dos semimanufaturados e 13,7% dos manufaturados - contra -5,5%, -1,5% e -7,5%, respectivamente, no Brasil -, as vendas externas paranaenses representaram apenas 6,7% do total exportado pelo país, passando a ocupar o sexto posto na federação.

Já as importações aumentaram 6,7%, versus retração de 0,8% das nacionais, em função do reerguimento da indústria e do agronegócio, puxado por óleos combustíveis (8,4%), adubos e fertilizantes (5,5%) e veículos de carga (5,5%). Com isso, o estado manteve o quarto posto no ranking dos entes federados, com participação de 7,2% no montante das compras internacionais do país.

Na esfera do mercado de trabalho, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, mostram que o Paraná teria sido responsável por 12,1% das 313,8 mil vagas líquidas com carteira assinada abertas no país, no primeiro quadrimestre de 2019. Foi o quarto melhor desempenho do Brasil, ficando atrás de São Paulo (40,0%), Minas Gerais (17,9%) e Santa Catarina (15,9%).

A vedete na geração de empregos formais foi o interior do estado, território do agronegócio, detentor da maior envergadura cooperativa da nação.

A vedete na geração de empregos formais foi o interior do estado (57,9%), território do agronegócio, detentor da maior envergadura cooperativa da nação, que é bastante enxuta, eficiente e inserida competitivamente nos mercados globais, e cada vez menos subordinada às injunções e amarras impostas por governantes. Os destaques couberam às indústrias têxteis, borracha e couros e aos serviços de alojamento.

Ainda assim, o segmento vem sendo cronicamente prejudicado pela impulsão do custo Paraná, ocorrido fora dos portões das propriedades rurais e das fábricas, especialmente com a maximização das despesas de escoamento, por conta da ausência de investimentos em multimodalidade de transportes e dos vultosos gastos incorridos

nos percursos por mais de dois mil quilômetros de rodovias federais, alvo da cobrança de pedágios por concessionárias envolvidas, há mais de dois decênios, junto com agentes públicos, em assombrosos escândalos de corrupção.

Por uma ótica mais abrangente da dinâmica das ocupações, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, verificou taxa de desemprego média de 8,9% da população economicamente ativa (PEA), no Paraná, entre janeiro e março de 2019, contra 12,7% da PEA para o Brasil, o que equivale a terceira menor desocupação do país, atrás de Santa Catarina (7,2%) e Rio Grande do Sul (8,0%).

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) contabilizou o quarto menor desemprego entre as RMs brasileiras (10,1% da PEA), atrás de Goiânia (8,0%), Porto Alegre (8,9%) e Florianópolis (9,9%). Já, no painel das capitais, Curitiba contabilizou a terceira menor desocupação (8,3% da PEA), depois de Goiânia (7,2%) e Campo Grande (8,1%).

Em subutilização da força de trabalho (desemprego aberto, desalento e jornada insuficiente), o estado também ostenta a terceira melhor colocação no cenário nacional (17,6% da PEA, para 25,0% da brasileira), perdendo apenas para Santa Catarina (12,1%) e Rio Grande do Sul (15,5%).

Em rendimento médio real mensal de todos os trabalhos (R\$ 2.567 versus R\$ 2.291 para o país), o Paraná figurou em quarto lugar, depois do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

No terreno do comércio varejista, a instância regional segue acompanhando, em escala ampliada, a conjuntura de desaceleração registrada no plano nacional. Enquanto o volume de vendas do ramo cresceu apenas 2,3% no Brasil, entre janeiro e março do corrente ano, em relação ao mesmo período de 2018, de acordo com pesquisa do IBGE, no Paraná houve acréscimo de apenas 0,6%, graças à recuperação apurada em artigos de uso pessoal e doméstico (25,7%), equipamento e materiais para escritório, informática e comunicação 10,3% e veículos, motocicletas, partes e peças (10,0%).

Seis das dez atividades acompanhadas pela entidade nacional registraram queda na quantidade comercializada, com ênfase para combustíveis e lubrificantes (-16,8%), livros, jornais, revistas e papelaria (-13,6%) e hipermercados,

supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-4,5%), reflexo da atmosfera de contração do emprego e massa de salários e subida do endividamento e inadimplência dos consumidores.

No que diz respeito ao volume dos serviços oferecidos, aferido pelo IBGE, nem a modesta elevação de 1,1%, ocorrida entre janeiro e março, no país, amparada em sete das doze atividades, em especial tecnologia da informação (14,1%) e alojamento e alimentação (5,2%), foi capaz de se transbordar no estado.

No Paraná, houve decréscimo de 2,7%, em função do recuo anotado em quatro dos cinco grandes grupos coletados, com ênfase para informação e comunicação (-4,6%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios (-3,1%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (-2,4%). Os serviços prestados às famílias encolheram 0,5% e os outros serviços cresceram 5,9%.

Quanto à evolução da produção industrial, também mensurada por investigação do IBGE, os sinais são diametralmente opostos entre média nacional e Paraná, com recuo de 2,2% no país e incremento de 7,8% no estado, entre janeiro e março de 2019, confirmando a reação esboçada desde o início de 2018, com acentuada inflexão no último trimestre do ano, e fazendo-o liderar o certame nacional.

A ascensão esteve ancorada na performance dos ramos máquinas e equipamentos (18,5%), derivados de petróleo e biocombustíveis (14,3%), alimentos (12,6%) e veículos (11,7%), fortemente atrelados ao agro. Também houve avanço relevante em máquinas, aparelhos e materiais elétricos (8,5%) e produtos de metal (7,7%).

Porém, verificaram-se diminuições apreciáveis em cinco das treze seções levantadas, sobressaindo móveis e madeira (-8,4%), bebidas (-6,0%) e minerais não metálicos (-3,5%), refletindo primordialmente a persistência da crise da construção civil, atribuída à *situação de quase paralisação das obras públicas e ao substancial declínio dos recursos para financiamento, principalmente* do Programa Minha Casa Minha Vida.

Na verdade, a trajetória industrial embute a maturação da pronunciada diversificação acontecida na matriz produtiva paranaense em dois momentos da história recente. O primeiro deles compreende as iniciativas públicas organizadas para atração de projetos fabris, empreendidas entre 1995 e 2000, que resultaram no adensamento dos polos automotivo, agroindustrial, madeireiro e papeleiro e dos insumos da construção civil.

A segunda incursão corresponde à onda de protocolos de inversões, celebrados notadamente entre 2011 e 2014 - que superaram R\$ 40,0 bilhões, sendo o maior portfólio entre as unidades federadas, quando cotejado com a dimensão econômica de cada unidade regional -, com apoio do programa Paraná Competitivo e cuja concretização foi comprometida pelas flutuações da orientação macroeconômica brasileira e a flagrante e contínua discriminação política estabelecida pela órbita federal ao estado, especificamente a fixação de bloqueios, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), à liberação de financiamentos aprovados por entidades multilaterais de crédito e BNDES para a cobertura de programas locais de obras de infraestrutura.

Por tudo isso, é fácil perceber e entender que, de uma maneira geral, o curso do aparelho produtivo local vem seguindo a trilha do amargo regresso recessivo, ou na melhor das hipóteses defensivo, esboçada em âmbito nacional, neste começo de 2019.

O curso do aparelho produtivo local vem seguindo a trilha do amargo regresso recessivo esboçada em âmbito nacional.

Os traços do desenho de revigoramento econômico, denotados em algumas áreas, em suposta contramão à instabilidade nacional, possuem raízes em elementos conjunturais, subjacentes à operação do agronegócio, ou iniciativas públicas pretéritas. Mais que isso, a retomada vivenciada em alguns segmentos ostenta diminuta ligação com posturas ou esforços do atual governo estadual, que poderá dar enorme contribuição se não atrapalhar as reações positivas engendradas pela iniciativa privada.

Até porque, apesar de ter ficado conhecido como “Eldorado”, “Terra de Todas as Gentes”, e “Aqui se Trabalha”, nas décadas de 1950 e 1960, o Paraná também foi atenção de peças publicitárias com slogans “ilha de prosperidade” e “o Brasil que dá certo”, lançadas por representantes do poder executivo nos anos 1980 e 1990, que sucumbiram rapidamente diante do aparecimento da realidade de colapso econômico brasileiro que, como seria natural, atingiu o espaço estadual.